

ABRINDO OS CAMINHOS: APRESENTAÇÃO*

Este livro apresenta uma série de instrumentos para a intervenção profissional que nasceram ao calor de experiências de pesquisa, ensino e extensão universitária em territórios populares de diversos cantos do país. Comunidades tradicionais, comunidades em luta pela reforma agrária, agricultoras/es rurais, movimentos urbanos e organizações populares constituem os sujeitos junto aos quais criamos propostas que se alimentam de diversas áreas do conhecimento para dialogar com as suas reivindicações e necessidades sociais. Instrumentos didático-pedagógicos; instrumentos de pesquisa das condições de vida; roteiros de construção de memórias da resistência popular; caminhos para a construção de cartografias sociais, constituem partes deste “cardápio” de possibilidades. Podem ser adaptadas, inspirar e serem utilizadas em outras experiências de extensão, em novas propostas de pesquisa, em estágios profissionais. Pretendem subsidiar a formação de estudantes de graduação e até futuras propostas de trabalho profissional no contexto das políticas públicas e sociais, que se propõem elaborar intervenções junto a comunidades e movimentos sociais nos seus territórios.

O interessante é que atrás de cada capítulo há uma história particular que se funde numa espécie de colcha de retalhos costurada a muitas mãos: uma concepção compartilhada de que o conhecimento socialmente produzido na Universidade Pública pertence e deve estar ao serviço das necessidades sociais das classes subalternas e trabalhadoras; uma aposta que valoriza os saberes populares que nascem do chão coletivo e de resistência desses territórios; um reconhecimento da importância da vivência dessas experiências para uma formação universitária integral, humanista e de qualidade para seus docentes e estudantes. Assim, alguns princípios da concepção de Universidade Pública, laica, socialmente referenciada com a qual nos identificamos, ganham vida nestas páginas: os textos são expressão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; da perspectiva da interdisciplinaridade; da interculturalidade; da importância de um trabalho coletivo na contramão de lógicas individualistas e produtivistas que desconectam a vida universitária das necessidades mais universais do seu tempo histórico.

Todos os capítulo têm um “pedacinho de história não contada”: os instrumentos que socializamos nasceram de experiências concretas de intervenção, do desafio de dialogar com a vida comunitária que pulsa nesses territórios, bem distante de cálculos matemáticos, “com todas as debilidades e as forças da vida”, como diria Gramsci (1999, p.394).

Apresentamos aqui um pouquinho do que deu certo! Mas como o conhecimento não vem com uma “bula”, vale esclarecer que os instrumentos aqui socializados não são infalíveis ao fracasso: eles são produto também de muitas tentativas que não deram certo; de propostas que desandaram; que planejadas para serem abraçadas pelas comunidades, muitas vezes foram incrivelmente superadas pelas contradições e prioridades desses territórios. Algumas propostas nasceram em

*DOI – 10.29388/978-65-86678-92-5-0-F.12-16

um contexto determinado e transmutaram para outros tempos e comunidades; alguns instrumentos foram deixados no esquecimento e retomados à luz de novas necessidades. Diante da impossibilidade da “bula”, resta afirmar a necessidade da escuta atenta e cuidadosa dos sujeitos com os quais trabalhamos: só é possível se debruçar no artesanal trabalho manual de elaborar junto às comunidades propostas concretas de intervenção se formos capazes de ressignificar conhecimentos que só serão úteis se puderem traduzir e retratar aquela experiência histórica.

O capítulo que abre a coletânea se intitula *Nova Cartografia como exercício da leitura do território tradicionalmente ocupado* e nos propõe um interessante exercício pedagógico de mapeamento social de grupos, movimentos sociais e de suas formas organizativas, bem como de conhecimentos cartográficos elementares, significativos para a formação profissional em diversas áreas do conhecimento. Na medida em que os mapas contemplam uma diversidade de situações sociais e são expressão de processos de afirmação étnica e identitária que configuram territorialidades específicas, podem inspirar modalidades de interpretação e intervenção nesses espaços de resistência.

O segundo capítulo, *Construindo instrumentos de educação popular junto a um acampamento Sem Terra*, socializa a experiência de criação de um jogo didático, fruto da troca de saberes entre sujeitos que lutam pela terra e estudantes e docentes da Universidade Pública. Trata-se de um instrumento de educação popular que põe em jogo a dimensão pedagógica do Serviço Social e dialoga com as estratégias de organização coletiva construídas pelo acampamento, no contexto da luta pela terra. Por se tratar de um instrumento de educação popular, o *Jogo Territórios Agroecológicos* pode inspirar diversas experiências de intervenção que se identifiquem com esta perspectiva.

O terceiro capítulo, *Conhecer para afirmar direitos: uma proposta metodológica para estudos socioeconômicos de territórios que lutam pela terra*, é fruto de uma experiência de trabalho de extensão interdisciplinar que envolve a formação de Assistentes Sociais, Enfermeiros e profissionais de outras áreas das ciências humanas e sociais. Dessa forma, o artigo apresenta um instrumento metodológico para o conhecimento das condições sociais e econômicas de populações de territórios que lutam pela terra, a fim de traçar o perfil das comunidades e das suas necessidades tanto para reivindicar acesso às políticas públicas e garantias de direitos, quanto para pensar outras ações auto-organizativas. Trata-se de um instrumento importante nos trabalhos de assessoria técnica interdisciplinar de acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

O quarto capítulo da coletânea reflete sobre a *Extensão universitária como espaço de construção de instrumentos de educação popular em acampamentos urbanos*, socializando os caminhos teórico-metodológicos de um trabalho social realizado em territórios periféricos organizados por um importante movimento social de luta pelo direito à moradia: o MTST. Centrado na importância dos debates sobre questão urbana, direito à cidade e movimentos sociais urbanos para a formação profissional de discentes de Serviço Social, oferece contribuições que podem enriquecer a formação de graduação em outras áreas do conhecimento que se identifiquem com a perspectiva da educação popular.

O quinto capítulo nos provoca com uma reflexão sobre as *Mulheres da Articulação de Agroecologia Serra Mar: Práticas de educação popular fortalecendo ações em rede*. Traz até nós a rica experiência de auto-organização de mulheres agricultoras agroecológicas na região das baixadas litorâneas em interação com projetos de extensão popular de universidades públicas, que são construídos em uma perspectiva interinstitucional e interdisciplinar. Convidamos a uma reflexão sobre a importância da extensão na formação profissional a partir da partilha desse processo construído coletivamente entre uma organização popular feminista e a universidade, tendo como base metodologias da educação popular como instrumento de fortalecimento dessas mulheres no reconhecimento e valorização do próprio trabalho como ponto de partida para trajetórias de emancipação material e subjetiva.

O sexto capítulo aborda a *Dimensão técnico operativa do trabalho da/o assistente social na política urbana/habitacional e processos participativos*. Resgatando uma habilidade profissional de extrema importância para a formação no âmbito da graduação, estabelece relações com as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, valorizando também os processos participativos dos/as moradores/as atendidos.

Nossa coletânea se encerra com um belíssimo e criativo texto que se intitula *O documentário popular como instrumento didático pedagógico na formação em Serviço Social*, apresentando uma metodologia desenvolvida no âmbito da extensão universitária, que se articula de forma única também com as dimensões do ensino e da pesquisa. Trata-se de uma experiência singular para a formação profissional pela preparação para o documentário, a escolha do tema, a aprendizagem de elementos da técnica fílmica, a pesquisa e o estudo sistemático sobre a realidade a ser documentada. Neste caminho metodológico, o produto final – o documentário – cumpre também a finalidade de fazer um registro histórico que, dificilmente, seria feito de outra forma.

Reunindo experiências de trabalho, pesquisa e extensão de docentes e estudantes de diversas Universidades Públicas do Brasil realizadas junto aos territórios, os artigos que compõem esta coletânea seguem uma mesma estrutura. Em todos os artigos encontramos as mesmas seções: *Introdução; De que território estamos falando?; Para iluminar a reflexão; Adapte, use e reutilize; e a modo de conclusão, Reescrevendo a palavra (e o mundo): aprendizados para a formação profissional*. Entendemos que esse formato proporciona uma maior unidade entre as experiências, destacando aquilo que é mais importante em termos pedagógicos: as particularidades dos sujeitos com os quais trabalhamos; o contexto imediato em que nasce a proposta; os instrumentos concretos que criamos para o trabalho; as referências teóricas que subsidiaram sua construção; e os aprendizados para a formação profissional. Dessa forma, oferecemos ao leitor não apenas instrumentos técnicos ou orientações metodológicas para a execução de um trabalho, mas o caminho concreto e o contexto que nos levou à sua elaboração, destacando: algumas habilidades profissionais; a importância da articulação entre a teoria e a intervenção na realidade; a necessidade da construção de mediações que evitem a reprodução do imediato, mas também generalizações abstratas (cf. Pontes, 2002).

Na trilha de Freire (1987), trata-se de um conjunto de metodologias elaboradas no contexto de uma educação que se pretende problematizadora. Estimular a criticidade e exercitar a educação como prática de liberdade e experiência de humanização, são as nossas apostas. Não é simples “aprender a fazer” sem reproduzir relações de tutela; sem negar e subestimar as diferentes trajetórias dos sujeitos envolvidos; sem dicotomias entre a negação ingênua do conhecimento técnico e a sua sobrevalorização autoritária e meritocrática. É mais um exercício permanente que um estado inamovível que possa ser conquistado “de uma vez e para sempre”. Estas páginas fazem uma aposta que busca superar a experiência do conhecimento como relação narradora de conteúdos petrificados, retalhos da realidade que se apresentam como alheios à existência dos educandos, como “palavras ocas” que se tornam “mais som que significação” (idem, p.33), que perdem sua força transformadora, que tornam a/o educanda/o um expectador que memoriza.

A educação deve estimular a produção de conhecimentos como processos de busca, de trocas, como atos criativos e de reinvenção. A vivência da formação nestes territórios, parte também de uma aposta na reinvenção das relações que as nossas profissões estabelecem com seus usuários, estimulando uma maior horizontalidade: encontrar os sujeitos no seu território, valorizar sua trajetória política e cultural, seus saberes, suas crenças, ou dialogando com o seu universo de significados para problematizar de forma conjunta uma realidade a ser transformada, nos oferece caminhos que se distanciam de modelos passivos ou de tutela na resolução de necessidades sociais.

Não é simples ensaiar estas práticas educativas numa Universidade Pública afogada pelas políticas neoliberais e comprimida pela ofensiva irracionalista e autoritária que marca o tom das atuais políticas de educação superior. A lógica meritocrática e produtivista, as tentativas de mercantilização, o estrangulamento orçamentário ou as tendências de redução a uma universidade de “ensino”, impactam no processo de formação e no próprio perfil dos profissionais que essa universidade produz (Lima, 2009).

Talvez por isso sejam tão necessárias estas experiências de intervenção. Elas têm impactos positivos na democratização e abertura progressiva desta instituição às necessidades das massas subalternas; podem pautar novas agendas de ensino, pesquisa e extensão realmente articuladas com as necessidades das maiorias sociais; redimensionam criticamente a formação universitária de docentes, estudantes e profissionais; possibilitam criativas propostas coletivas de trabalho que desafiam as rotinas de produção e as lógicas meritocráticas e individualistas. É por isso que trazem um enriquecimento da vida político-acadêmica e da função social da Universidade Pública. Nos marcos do debate no interior das Universidades sobre a implementação da extensão como componente obrigatório para a integralização curricular, essa obra contribui com uma clara concepção de extensão, que deve ter um caráter popular, gratuito, laico, público, presencial, sendo socialmente referenciada pelas necessidades e demandas sociais.

Os territórios que aqui comparecem estão marcados a fogo por processos de exploração e espoliação em mãos de uma ofensiva extrativista que, em nome da

produção de commodities para o mercado internacional, submerge suas comunidades num novo ciclo de saque, contaminação, recolonização, guerras, violências e todo tipo de soluções autoritárias. Fábricas diminuídas; serviços informatizados e financeirizados; corpos femininos reduzidos a territórios de conquista; cidade e campo, habitats indígenas e quilombolas, florestas, águas e terras são expropriadas e tornadas mercadorias em nome do “desenvolvimento”. Enquanto escrevemos estas linhas, tramita mais uma tentativa de reverter a posse da terra de uma destas comunidades (PDS Osvaldo de Oliveira do MST, de Macaé) que foi beneficiada pelas já parcas políticas de Reforma Agrária, prometendo destruir um assentamento rural que há 6 anos produz alimentos agroecológicos que cabem no bolso dos trabalhadores. Mas os territórios que aqui aparecem, também estão marcados por pedagógicas experiências de resistência. Observar de perto; acompanhar; se debruçar sobre a possibilidade de uma assessoria técnica em determinada área do conhecimento; se desafiar a pensar de que forma os conhecimentos aprendidos na Universidade podem subsidiar processos de conquista de direitos sociais e melhores condições de vida, são alguns dos aprendizados que estas experiências nos trazem. *Vem, entre nestas experiências, deixe-se tomar pelos seus dilemas, se encante com as suas riquezas, se inspire nas suas resistências!*

As Organizadoras

Referências

- FREIRE, Paulo. Princípios do trabalho popular (p.21-31). *In*: PELOSO, Ranulfo (org.). **Trabalho de base (seleção de roteiros organizados pelo Cepis)**. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere. Volume 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- LIMA, Katia. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o Reuni na UFF**. Niterói, Aduff, 2009. Disponível em: http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917_contra-reforma.pdf . Acesso em: jul. 2014.
- PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social. Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 2002.